

CONJUNTURA / Indicador de endividamento, em setembro, ficou 6,8 pontos percentuais acima do registrado no mesmo período do ano passado, segundo estudo da CNC. Entretanto, percentual de inadimplentes caiu pelo segundo mês consecutivo

74% da população têm dívidas

O total de brasileiros endividados chegou a 74% da população em setembro, 1,1 ponto percentual (p.p.) acima do verificado em agosto, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na comparação com setembro de 2020, o nível de endividamento da população ficou 6,8 p.p. acima.

Com a alta de setembro, o indicador renovou o nível recorde, mas houve queda na inadimplência, o que sinaliza um quadro menos negativo — a Peic mede todos os tipos de endividamento, incluindo cartão de crédito, e o crescimento das dívidas não implica, necessariamente, contas em atraso. As obrigações das famílias, levantadas pela pesquisa, incluem cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestações de carro e de casa própria.

O percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso atingiu 25,5% do total, 0,1 p.p. abaixo do nível de agosto, e 1 ponto abaixo do apurado em setembro de 2020. Foi o segundo mês seguido de queda da inadimplência, segundo o estudo, apesar das recentes altas dos juros e do recorde no endividamento. Além disso, de acordo com a pesquisa, a parcela das famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso caiu 0,4 ponto, para 10,3%. Na comparação com setembro de 2020, o recuo foi de 1,3 ponto percentual.

Para a CNC, a diminuição da inadimplência “tende a se consolidar ao longo do ano, mostrando

o esforço das famílias para manter seus compromissos financeiros em dia, seja por meio da renegociação das dívidas, seja por maior controle dos gastos ou evitando o consumo de produtos supérfluos”.

Por outro lado, o ciclo de altas dos juros básicos conduzido pelo Banco Central (BC) poderá ser um obstáculo para a continuidade da queda da inadimplência, já que “tende a encarecer as dívidas e demais despesas em aberto”, pondera a entidade representativa do comércio. “O recente aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), mesmo que temporário, acirra ainda mais esse custo”, diz a nota divulgada pela CNC.

Grupos

Por grupos de renda, as tendências permanecem as mesmas desde abril, segundo a Agência Brasil. Entre as famílias que recebem até 10 salários mínimos, o endividamento passou de 74,2% para 75%, nova máxima histórica. Em setembro de 2020, eram 69% das famílias nessa faixa de renda endividadas. A inadimplência desse grupo, porém, diminuiu de 28,8% para 28,6%, ante 30% em setembro de 2020.

Para as famílias que têm renda acima de 10 salários mínimos, o endividamento foi de 67,6%, em agosto, para 68,9% em setembro, depois dos 59% registrados em setembro do ano passado. Segundo a CNC, o endividamento desse grupo vem registrando patamares recorde mensais desde fevereiro, mas o percentual de inadimplência caiu de 11,8% para 11,7% na passagem mensal, a menor proporção desde fevereiro.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Segundo o ministro da Economia, governo poderia usar ações de estatais para estabilizar preços na bomba

Guedes avalia fundo para combustível

» RAPHAEL FELICE

O governo federal continua quebrando a cabeça para encontrar uma forma de segurar os altos preços dos combustíveis. Ontem, em evento do Tribunal de Contas da União (TCU), o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que discute a criação de um fundo de estabilização dos valores de comercialização desses produtos. A ideia é utilizar ações de empresas estatais para essa finalidade.

“Podemos integralizar esse fundo de estabilização com ações da PPSA (Pré-Sal Petróleo S.A.), com ações que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social) tenha da Petrobras”, disse Guedes. O comentário foi feito enquanto o ministro fazia questionamentos sobre o teto de gastos adotado no Brasil. Para Guedes, a medida de restrição impede que o país consiga integralizar o dinheiro do fundo.

“Nós definimos teto de um jeito equivocado, no qual o governo tem que gerar superavit, gastar espaço de teto para comprar reservas que ele já tem”, explicou.

A ideia de um fundo de estabilização já havia surgido em 2018, quando Henrique Meirelles era ministro da Fazenda, durante o governo de Michel Temer.

Os números mostram que a

conta não é tão simples como Paulo Guedes fez parecer. Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), os brasileiros consomem 131,7 bilhões de litros de combustível no ano passado, o menor patamar desde 2012. Com a volta do trabalho e das atividades econômicas, o total deve ser bem maior neste ano.

O professor do Instituto Brasileiro de Mercados e Capitais (Ibmecc) William Baghdassarian explicou que, apesar da “boa intenção”, a ideia de Guedes pode não funcionar na prática.

“Só de gasolina foram consumidos quase 36 bilhões de litros (35,8 bilhões, segundo a ANP), e se

» Inflação chegou ao máximo, diz BC

A inflação chegou ao seu maior nível em setembro e, a partir de agora, deve recuar para fechar 2021 em 8,5% ao ano. A estimativa é do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em evento on-line promovido pelo jornal Valor Econômico. A previsão está em linha com a do mercado, que aponta para 8,51%. “Setembro teve o nível mais alto em 12 meses (10,05%)”, disse Campos. No encontro, o presidente do BC reafirmou que subirá os juros até onde for preciso para segurar a inflação, que, segundo ele, fechará próximo da meta de 3,5% em 2022.

o governo fosse subsidiar, por exemplo, R\$ 0,50 por litro, não aliviaria tanto no bolso do consumidor, pois o preço da gasolina continuaria muito alto e o governo teria um gasto de R\$ 18 bilhões, o que seria uma boa parte do Auxílio Brasil que o Planalto tanto quer viabilizar”, comparou.

Outro problema, segundo Baghdassarian, é que o governo faria uma distribuição de renda às avessas. “Se o governo subsasse esses R\$ 18 bilhões para subsidiar o combustível, deixaria de colocar esse dinheiro nos mais pobres e daria para camadas mais ricas ou para a classe média, que têm acesso ao combustível”, explicou.



Raul Velloso

Quem faz o certo?

Até hoje, o governo não reconheceu devidamente a necessidade de adotar, frente à pandemia, uma visão apoiada em base científica, como a que tem predominado na maioria dos países, a ponto de o país ter, atualmente, um dos maiores números de mortes por habitantes.

O drama desse tipo de crise é que, mesmo sem tal postura negacionista, seu enfrentamento para evitar uma altíssima contaminação e a decorrente mortalidade requer que a população, especialmente a parcela mais necessitada, tenha de se submeter a um isolamento forçado, mesmo sem condições de se sustentar minimamente. Enquanto isso, em sua visão ortodoxa exacerbada, o governo tem colocado todo tipo de dificuldade para sustentar um mínimo de renda para as pessoas que efetivamente precisam de ajuda.

Por outro lado, como mais adiante a pandemia se esgotará, os investimentos em infraestrutura terão de ter um lugar de peso nas propostas para o novo governo, diante da desabada desse item nas últimas décadas e, por consequência, do crescimento potencial do PIB. A não ser que continuemos insistindo na tese de que no setor público não há dinheiro para isso — e ponto final; que é preciso ter paciência para se enxergar o ingresso do setor privado no setor; e/ou se acredite que a economia tem como crescer sem ampliar sua capacidade de produção em setores críticos como esse, cujos serviços não podem ser trazidos do exterior (por exemplo, pode-se importar um aeroporto?).

Imagino que a queda do estoque de infraestrutura, que também ocorreu no seio dos nossos ricos vizinhos ao norte nas últimas décadas, tenha sido em geral grande e proporcionalmente mais alta do que por aqui, tanto

que nos EUA se fala de um plano de reconstrução da infraestrutura de não sei quantos trilhões de dólares, mas sem sentir a necessidade de explicar em detalhe como esse plano será financiado. Ou seja, lá é questão para posterior elaboração como financiar algo que é reconhecidamente indispensável, e que só os governos conseguem liderar.

Enquanto isso, em franca desabada de popularidade, seja pelos erros ligados à pandemia, seja pela péssima condução da economia, nosso governo ainda não mostrou a cara dos seus planos com maior firmeza, além dos chavões ultrapassados que estamos cansados de ouvir. Deveria saber que, se investirmos mais e melhor em infraestrutura, mais crescerá o PIB e menor será a desigualdade de renda. Querem melhor razão para jogar todas as fichas na infraestrutura?

Só que, como acima sinalizado, a crise fiscal derrubou nossos investimentos públicos ao chão, e, para completar, por paradoxal que pareça, existe ainda um claro viés anti-investimento privado em infraestrutura disseminado por aí fora, especialmente dentro da própria ação do setor público, algo que precisa ser combatido permanentemente e com bastante força.

A partir daí, dirão os xiitas do ajuste fiscal local: como fazer isso sem deixar de cumprir o “teto de gastos”? De fato, não dá. Até porque os investimentos da União, após anos de contenção explícita, já encostavam no zero por volta da aprovação desse instrumento maldito. Em 1987, às vésperas da nova Carta, 16% do gasto total era investimento. Em 2018, esse número tinha caído para 2,8%. Se depender da gestão Guedes, o zero está aí na frente.

Se não há como investir no público e se existe um viés con-

trário ao privado, o que fazer? Claro que essas duas excrescências devem ser combatidas, e, mais que isso, faz todo o sentido o setor público emitir dívida, em um sentido amplo, para financiar projetos de alta rentabilidade para a sociedade como um todo. O que acham que o Biden vai fazer nos EUA? Nada obstante, para não contrariar demasiadamente os xiitas que dominam o pensamento econômico no nosso país, tenho defendido, antes de mais nada, o casamento do ajuste previdenciário com a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, começando de baixo para cima, ou seja, dos municípios para os estados, e, por último, para a União.

Note-se que, dos três grupos em que, por idade, se pode dividir o conjunto dos entes públicos brasileiros, naquele que inclui os regimes próprios criados mais recentemente e no do meio, predominam municípios. Já no terceiro, mais antigo, estão as administrações de maior peso e também em situação mais complicada, incluindo a grande maioria dos estados, onde os desajustes são maiores e as soluções mais demoradas. Notem que os municípios mais bem comportados já acumularam R\$ 200 bilhões em seus fundos e podem redirecionar seu uso hoje em títulos federais para investimentos produtivos.

Os dirigentes do estado mais rico, São Paulo, e de um dos mais pobres, o meu Piauí, parecem ter percebido isso com maior clareza. Entre outras coisas, o primeiro lançou o programa Desenvolve Municípios contendo não só financiamentos, como apoio à reestruturação previdenciária, e o segundo deverá ser o primeiro estado a apresentar uma previdência totalmente equacionada. São eles os que estão entre os mais próximos de fazer o certo.

ANS - nº 33967-9

Grandes planos
de saúde para empresas
de todos os portes.

A Unimed Planalto agora é

CENTRAL NACIONAL UNIMED

Plano odontológico incluso

Assistências completas e exclusivas

Rede credenciada de referência

As melhores soluções em saúde a partir de 2 vidas.

LIGUE: **0800 268 0800** OU PROCURE SEU CORRETOR

SAIBA MAIS EM:

centralnacionalunimed.com.br/regioes